

A EDUCAÇÃO NO ESPAÇO FÍSICO E VIRTUAL: O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À CRISE DA EDUCAÇÃO

Shênia Souza Giarola – sheniagirola@hotmail.com – UFMG

Gabriela Ferreira de Andrade - gabrielsabinand@hotmail.com – UFRRJ

RESUMO. *Esse artigo tem por objetivo pensar possíveis soluções para a crise da educação e indagar-se sobre os desafios do educador diante de um novo paradigma inserido ao liame educacional, ou seja, pretende avaliar o papel do educador no que se refere à educação no espaço físico e virtual e como essas modalidades devem repensar sua função diante dessa crise. Para tanto, analisaremos a figura ou o estereótipo do professor pensado a partir do velho modelo educacional, a fim de refletir e reorganizar o status social que a ele é atribuído, evitando, dessa forma, que lancemos sobre os ombros dos alunos o fardo de a educação permanecer em crise. Vejamos, por meio do método de revisão da literatura, essa questão.*

Palavras-chave: *Autoridade. Crise da Educação. Espaço físico. Espaço virtual.*

EDUCATION IN PHYSICAL AND VIRTUAL SPACE: THE ROLE OF TEACHER IN THE EDUCATION CRISIS

ABSTRACT. *This article aims to think about possible solutions to the education crisis and to inquire about the challenges of the educator in face of a new paradigm inserted in the educational link, that is, it is intended to evaluate the role of the educator considering the education in physical and virtual space and how these modalities should rethink their function in front of this crisis. For this, we will analyze the figure or the stereotype of the teacher thought from the old educational model, in order to reflect and reorganize the social status that is assigned to him or her, thus avoiding that we place on the shoulders of the students the burden of an education in crisis. Let's look at this matter through the literature review method.*

Keywords: *Authority. Crisis of education. Physical Space. Virtual Space.*

Submetido em 09 de julho de 2020.

Aceito para publicação em 24 de março de 2020.



1. INTRODUÇÃO

Não eduques as crianças nas várias disciplinas recorrendo à força, mas como se fosse um jogo, para que também possas observar melhor qual a disposição natural de cada um (PLATÃO).

Ser educador tornou-se um epíteto mítico, visto que cumprir esta função, para o restante da sociedade, é viver uma existência destinada a uma missão quase impossível de “construir” cidadãos – Paideia –, não é mesmo? Esse papel já estava anunciado na obra *A República* do filósofo Platão e ajudou a consolidar o que aqui chamaremos de status social do professor, ou seja, já é possível perceber nos escritos platônicos traços da importância e responsabilidade reservada à figura do “mestre”, pois só esse, com o auxílio da educação apropriada, poderia formar bons homens e, por conseguinte, bons cidadãos. Tal intento, segundo Platão, só é possível porque o filósofo contempla a ideia suprema do Bem, e, dessa forma, consegue discernir o que venha a ser a justiça e as ações justas. Logo, esse será o único responsável, por meio da Paideia, pela formação bem ordenada das almas. Como diz Sílvio Galo (2013, p. 205):

Desde as origens da filosofia na antiguidade grega, podemos notar em sua prática a preocupação com sua transmissibilidade. As relações mestre-discípulo, o aprendizado do pensar filosófico em sua própria prática eram uma constante. Colocar-se na prática do pensamento filosófico era também convidar outros a fazê-lo, através das escolas filosóficas. Mas, se o mestre era importante na iniciação do discípulo, este era também alguém a ser superado.

Em sentido contrário ao movimento de valorização da educação e do educador, instaura-se, durante o século XX, a discussão em torno da crise na educação. Houve, segundo Hannah Arendt no seu livro *Entre o Passado e Futuro*, uma inversão de valores que proporcionou a perda de mundo dos homens e o sufocamento da autoridade do educador (ARENDR, 2007). Por autoridade entendemos, aqui, uma pessoa que é capaz de fazer com que os homens (ou crianças) lhe obedeçam – pois a autoridade, segundo Arendt, sempre exige obediência. Entretanto, o traço importante que distingue do autoritário o possuidor da autoridade é que ela não é obtida por meio da força, medo ou coerção, mas pela capacidade de convencimento daquele que exerce o poder. Ora, como diz a filósofa, “a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou” (ARENDR, 2007, p. 129) Dessa forma, a figura de autoridade é visualizada naquele que imprime obediência sem utilizar-se de ferramentas coercitivas, partindo do diálogo para garantir seu poder. Logo, a cada novo dia o professor é convidado a atualizar, por meio de aulas bem elaboradas e ministradas, a sua legitimidade perante a turma e, conseqüentemente, o seu poder, tornando-se – caso assim o seja – a figura de autoridade. Entretanto, com a perda de mundo – alienação – instaurada na Era Moderna o homem se viu expelido da política e envolvido com a pura necessidade do seu corpo. Diante dessa realidade a única necessidade que resistia era a de manter-se vivo. Preocupado em trabalhar para viver e viver para trabalhar o homem entrega-se à atividade do trabalho e assume a postura de um animal laborans – homem trabalhador. Enquanto animal laborans, o homem perde a sua singularidade, sua identidade e torna-se massa (ARENDR, 2010). A educação seria, então, a possibilidade da novidade vir à tona ou, em outras palavras, um dos modos pelo

qual poderíamos romper com este cenário. Como não é difícil imaginar, o rumo que as coisas tomaram imprimiu a marca da crise e a educação também foi recoberta por ela. Há, agora, educação de massa para homens de massa.

Ora, a crise na educação instaurou deturpações no âmbito escolar, visto que conceitos como o de autoridade e principalmente disciplina são substituídos, por meio da educação tradicional, pelos de coerção e censura, visto que homens de massa precisam de uma educação opressora. Cabe a nós, após essa breve exposição, discutir o que venha a ser a disciplina e, conseqüentemente, a indisciplina, correlacionando-as com a modalidade de educação a distância para que, por fim, seja possível discutir se há uma linha tênue entre educar e censurar e como a EaD se posiciona frente a essas situações. Durante o processo de desenvolvimento deste trabalho vamos nos debruçar sobre o papel do professor (tutor), a posição do aluno e, então, a relação entre ambos. Antes de adentrar a discussão vale esclarecer o aporte teórico utilizado. Além das obras de Hannah Arendt e Platão já citadas, nós contamos com o artigo denominado A indisciplina e a escola atual de Julio Groppa Aquino, Ideologia e educação de Marilena Chauí, entre outros (cf. referências). Nos debruçaremos principalmente no conceito de autoridade da filósofa alemã de origem judaica Hannah Arendt. Ela elabora um pensamento político em torno da educação e analisa e reflete sobre a falta de autoridade do professor. Tal pensamento torna-se característico da autora porque ela entende que:

A crise geral que acometeu o mundo moderno em toda parte e em quase toda esfera da vida se manifesta diversamente em cada país, envolvendo áreas e assumindo formas diversas. Na América, um de seus aspectos mais característicos e sugestivos é a crise periódica na educação, que se tornou, no transcurso da última década pelo menos, um problema político de primeira grandeza, aparecendo quase diariamente no noticiário jornalístico. (ARENDR, 2000, p. 221).

É importante ressaltar que todo o seu pensamento político tende a refletir sobre o movimento totalitário, posto que, após tais episódios, Arendt se vê diante de um confronto com a tradição do pensamento político e precisava de novas respostas para compreender uma forma de governo jamais experienciada. Essa nova realidade, da qual nos fala Arendt, é refletida também na educação, que se torna dúbia e incerta desde a modernidade. Após apresentar o pensamento base do nosso trabalho, é preciso dizer que alguns conceitos serão fundamentais para o bom desenvolvimento do mesmo, a saber: autonomia, ensino, disciplina, aprendizagem, professor, etc. Terminado esse adendo, vale dizer que não pretendemos findar a discussão em torno da crise na educação, mas é preciso reafirmar a relevância de refletir sobre esse tema e repensar a prática pedagógica, haja vista que sobre essa crise “sabemos todos diagnosticar sua presença, mas não sabemos direito sua extensão nem suas razões exatas” (AQUINO, 1998, p. 1). Enfim, a metodologia adotada para apresentação desse artigo é a revisão bibliográfica. Lancemos, então, mais uma luz sobre o tema, de forma que possamos, ao final, avaliar nossas práticas enquanto educadores frente ao problema da (in)disciplina e da autoridade e como esses temas repassam o âmbito da educação a distância.

2. SER PROFESSOR FRENTE À CRISE DA EDUCAÇÃO

Neste tópico vamos investigar o papel do professor frente à crise da educação a partir do ambiente em que ele está inserido (virtual e/ou físico). Propomos reflexões sobre a importância da autoridade como elemento estruturador do processo de ensino-aprendizagem. Perceberemos, durante o texto, que uma das necessidades fundamentais dos discentes é a de experimentar/saborear “experiências” no ambiente que o circunda (seja ele virtual ou físico). Diante disso, vamos inserir a discussão indisciplina x disciplina: o que os professores esperam de si e dos outros? A partir dessa discussão, pretende-se contribuir para a problematização da relação professor-aluno para que assim possamos estabelecer princípios básicos de recriação do espaço físico e virtual que promovam a aprendizagem.

2.1 O que é indisciplina?

Indagar sobre o que viria a ser o conceito de indisciplina requer, antes de tudo, a consciência da imprecisão do mesmo, visto que, segundo Silva e Neves (2004, p. 03) a:

Clarificação de conceitos como o de indisciplina não é simples nem pacífica já que estão envolvidos quadros de referência multidisciplinares, ângulos diversos através dos quais este fenômeno pode ser perspectivado, e tomadas de posição relativamente a paradigmas de abordagem que estão longe de ser consensuais, pois consoante o paradigma em que nos posicionamos assim temos tendência a dar mais ênfase a uns aspectos do que a outros.

Dessa forma, são explicáveis as discrepâncias quanto ao entendimento do que viria ser indisciplina, já que é possível abordar o mesmo problema sob diversos ângulos. Uma definição comumente aceita do conceito de indisciplina é que são atos que perturbam o processo de aprendizagem e que não são legitimados pelo professor, ou seja, ações que prejudiquem o processo de educação (SANTOS, 2016). Para admitir tal definição é preciso, de antemão, entender que existem diferentes níveis de indisciplina e que, por este motivo, muitos teóricos empreendem seus esforços para “mapear” essas situações (Sobre isso cf. João Amado). A dificuldade posta é que diferentes contextos vão gerar diferentes disciplinas, logo, caberá ao professor “avaliar” as circunstâncias e definir o aluno como problema ou não.

Então vejamos: como reconhecer um aluno-problema? Esse, segundo a maioria dos professores, seria aquele que não se enquadra no ‘padrão’ proposto para uma “boa” aula – seria o aluno “anormal”, na medida em que se “desvia” das etapas já definidas pelo educador. A denominação de aluno-problema, inevitavelmente, se liga ao conceito de indisciplina. Uma ação não legitimada pelo professor repetida várias vezes irá consolidar o aluno-problema. Entretanto, o que o docente realmente espera do discente? Os educadores já possuem uma concepção do que viria a ser bom ou não, do que deveria ser feito, ou seja:

(...) que tipo de aluno se busca produzir, quais as funções do professor, a importância ou não da disciplina (e de que disciplina?) (...) Nesse projeto de escola e de alunos associados a noção da modernidade – ordem, limpeza, harmonia, paz, amizade... -, produzem-se tanto estratégias para sua

fabricação quanto aqueles vistos como os “diferentes”, os “problemáticos” por não se enquadrarem em tais modelos (RABUSKE, 2006, p. 177).

É perceptível que tanto o professor quanto o aluno possuem expectativas uns para com os outros, logo, é possível problematizar se os discursos e as práticas escolares estão fomentando a produção de alunos-problema, na medida em que o espaço escolar se tornou um conjunto de coerção, vigília e punição. É preciso, antes de enquadrar o aluno, entender quais os motivos que o levaram a “fugir” da norma, isto é, que fizeram com que esse se desviasse das regras de convívio social. A escola não pode ser adotada como o âmbito que irá limitar o aluno, ou seja:

O professor trabalha para suprimir a figura do aluno enquanto aluno, isto é, o trabalho pedagógico se efetua para fazer com que a figura do estudante desapareça. Para isto, o professor precisa fazer um esforço cotidiano para que seu lugar permaneça vazio, pois seu trabalho é tornar possível o preenchimento desse lugar por todos aqueles que estão excluídos dele e aspiram por ele e pelo qual não poderiam aspirar se já estivesse preenchido por um senhor e mestre (...). A relação professor-aluno é assimétrica e sem diálogo: este se torna possível quando o aluno desaparece e em seu lugar existe um novo professor. O diálogo (...) se torna real quando o trabalho pedagógico termina e o professor encontra-se com o não-aluno, o outro professor, seu igual (...) o lugar do professor está vazio, pois seu ocupante ali se encontra para deixá-lo através de seu próprio trabalho (CHAUÍ, 1980, p.39).

Bem, a educação tradicional empreende seus esforços para formar um aluno silenciado, atento e que se comporte assim durante todo o ano. Torna-se, então, uma relação de passividade, em que o “professor vai se habituando a trabalhar com os [limites do que não pode], ao invés de privilegiar os [limites da possibilidade]” (BOARINI, 2013, p. 05). Entretanto, um aluno apático não significa um aluno interessado, ou seja, essas ditas características que tornam um aluno disciplinado não definem também o aluno interessado, tal como costumamos pensar. Vejamos um exemplo: João acorda diariamente e vai direto para a escola. Chegando lá, indiferente ao espaço escolar, abstém-se das discussões e permanece em silêncio durante toda a aula. Em alguns momentos fixa o olhar sobre o quadro e continua como um aluno exemplar. Distintamente de João há Fernando, que num processo constante de mudanças conversa com os amigos e indaga seu professor sobre a matéria. Inevitavelmente somos levados a crer que o aluno-problema venha a ser Fernando, pela sua postura inquieta e falante. Esses são dois perfis corriqueiros no âmbito escolar e que nos induzem a definir os “Fernandos” como indisciplinados, ou seja, como aluno-problema.

No que se refere à EaD, o conceito de indisciplina é substituído pelo de autonomia. Nessa modalidade há a necessidade de construção autônoma do ensino, ou seja, é preciso um discente que consiga transitar pelos conteúdos e mantenha uma assiduidade no espaço online, isto é, deve ser ativo no ambiente virtual. Souza, Franco e Costa (2016, p. 103), no texto intitulado Educação a distância na ótica discente, faz uma caracterização consistente no que se refere à figura do aluno da EaD. Dizem os autores que diante das mudanças tecnológicas houve um impacto significativo no processo de ensino-aprendizagem que reconfigurou os papéis dos atores. Logo, o discente transforma sua relação com a educação e passa a ser denominado como aluno

universal (MAIA; MATTAR, 2007), aluno aprendiz (TAROUCO; MORO; ESTABEL, 2003), aprendiz virtual (MAIA; MATTAR, 2007), novo aprendiz (GUIMARÃES, 2012). O que queremos destacar é que, com esse novo perfil de discente temos como expectativa um indivíduo que possui controle sobre seus atos e entende que a educação à distância vem como uma possibilidade de ampliar seus estudos; dessa forma, espera-se do aluno uma postura comprometida e autônoma.

Entretanto, discentes que não tenham esse perfil acabam fazendo parte do grupo de evasão da EaD (MARTINS, 2013). O problema posto é que não há um manual de como detectar ou combater a indisciplina e nem mesmo a evasão da EaD. É preciso uma relação direta entre professor e discente, ou melhor, tutor e estudante. O educador deve conhecer o aluno para que assim consiga detectar elementos de indisciplina ou a falta de autonomia. Logo, não é o “estar quieto” ou o “ser passivo” que irá definir um aluno disciplinado e interessado. É necessário, antes de qualquer coisa, abster-se do manual das vinte dicas de como combater a indisciplina (evasão) e resgatar a importância do ser professor que lida diariamente com pessoas, isto é, com diferenças de personalidade e comportamento, não havendo dicas fixas para lidar com elas. O que queremos defender neste primeiro tópico é que não há uma fórmula mágica para relacionar-se com os alunos e combater as ações indisciplinadas (na escola) ou a evasão (na EaD). Cada indivíduo irá manifestar uma postura frente ao espaço escolar (seja ele físico ou cibernético – ciberespaço) e a figura do professor. Cabe, então, ao professor/tutor conduzi-lo para a relação com o outro, sendo responsável pela educação do mesmo. Para isso, entraremos em uma discussão fundamental para o bom desenvolvimento do nosso trabalho, a saber: iremos discutir o conceito de autoridade e, por fim, entender se realmente existe uma linha tênue entre educar e censurar.

2.2 O papel da autoridade frente à crise na educação

A disciplina é o fazer o que posso, o que devo e o que preciso fazer. Fazer o que é possível na disciplina, tornar possível o que agora é impossível diz respeito necessariamente à vida interior da pessoa. É assim que eu vejo o movimento interno e externo da disciplina. E para isso acho que a presença da autoridade é absolutamente indispensável (FREIRE, 1989, p.12) (grifo nosso).

Vimos que não é possível definir categoricamente o que viria a ser a indisciplina, o aluno-problema, ou o “aluno evasão”, visto que dependemos de situações diversas para detectá-los (SILVA; NEVES, 2004). Entretanto, é possível trazer aos alunos a disciplina e/ou autonomia se esses forem guiados por uma autoridade, tal como afirmam Arendt e Paulo Freire. Esses autores detectam a necessidade de uma figura que consiga imprimir obediência, mas sem uso da força, violência ou coerção. É imprescindível entender que as pessoas estão sujeitas ao erro e será a figura do professor que irá orientá-las para o agir correto.

Dessa forma, o professor precisa ter autoridade, na medida em que ele é responsável pelo futuro dos indivíduos. É por este motivo que a figura do professor é tão importante, pois será ele, por meio da educação adequada, que formará o aluno para a vida social e política. Logo, se não há autoridade não há obediência e, se não há

obediência não será possível desenvolver a responsabilidade dos mesmos para com o mundo e para com as outras pessoas. O espaço escolar é a transição entre o espaço privado e o público (ARENDRT, 2007) e, se esse processo for comprometido, toda a esfera pública também será, visto que as crianças, os adolescentes e os adultos não estarão preparados para encarar a sua verdadeira responsabilidade. Serão esses fatores que reforçarão também uma sociedade alienada e massificada, mas esses não são temas que devem ser abordados aqui. Cabe apenas dizer que não fará diferença alguma definir o aluno como “problema” ou “evasivo” se não repensarmos também o papel do professor. Para tanto, utilizo-me das indagações provocadas por Angelita Hentges e Maria Laura Brenner de Moraes (2019, p. 30) no texto intitulado Imaginários da docência: refletindo sobre a formação inicial de professores a distância, onde elas dizem: “Quem é o(a) professor(a) na atualidade?”, pois “não raras vezes os professores(as) agem sem saberem exatamente o que se espera deles”. Pensando nisso, vejamos melhor quem é o professor da modalidade física e a distância e qual o seu papel frente à indisciplina e o modo pelo qual é possível viabilizar a educação, para, quem sabe, ao final lançarmos luz sobre a indagação das autoras (ALVES; NOVA, 2003).

No que se refere ao professor-tutor da modalidade à distância é unanimidade entre os teóricos que ele deve priorizar o aprendizado autônomo e em conjunto, ou seja, ele precisa ter autoridade suficiente para imprimir um ritmo de participação entre os alunos em que o conhecimento se viabilizará de forma ativa. Mais que isso, o tutor deve dominar o conteúdo, possuir um conhecimento pedagógico de tipo real, ter um conhecimento curricular e pedagógico, conhecer a plataforma na qual está inserido, bem como dos propósitos e valores educativos, etc. (MACHADO; MACHADO, 2004). No que se refere ao estudante, para Belloni (1999) deve haver uma aprendizagem autônoma, posto que ele deve ser sujeito ativo do seu conhecimento. Por este motivo, o conceito de indisciplina na EaD não estaria ligado ao aluno ativo e participante; ao contrário, os alunos indisciplinados seriam aqueles que não manifestam seus conhecimentos no AVA e não mantêm uma visita ativa ao espaço online.

Abordamos anteriormente a figura do aluno-problema, tanto no espaço físico da escola como no espaço online da EaD. Agora será preciso analisar a postura do professor/tutor nestes âmbitos. Detectamos nas escolas, atualmente, dois tipos de professor: 1. O professor “*stand up*”; 2. O professor autoritário. É daí que percebemos que a figura de autoridade não mais se apresenta no espaço escolar, visto que o professor 1 preocupa-se com a “forma” da aula e o 2 com o “controle” da turma de forma forçada, esquecendo-se, assim, do verdadeiro motivo que o põe diante daqueles alunos: ensiná-los e, conseqüentemente, dar suporte para que eles formem suas opiniões e caráter racionalmente, não sendo possível alcançar tal intento nem pela alta dinâmica da aula nem pela força. Segundo Paulo Freire:

E que é preciso, fundamentalmente mesmo, é que o filho assuma eticamente, responsabilmente, sua decisão, fundante de sua autonomia. Ninguém é autônomo para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas. [...] A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. (FREIRE, 1996, p. 107).

Como visto, os discentes necessitam de alguém para guiá-los, para inseri-los num mundo velho, mas que para eles é totalmente novo (ARENDETT, 2007). Para tanto, seria preciso um resgate da figura de autoridade do professor atrelado a algumas condições, a saber:

- Boa capacitação do professor (não sendo preciso tornar a aula um “stand up”),
- Um planejamento bem estruturado, flexível e que insere o aluno no processo (mas enquanto aluno, delimitando os lugares tanto do professor quanto do aluno, em outras palavras, demarcando as fronteiras);
- E, principalmente, construir um projeto político pedagógico próximo da realidade do aluno.

Ora, só dessa forma conseguiríamos implantar uma relação professor-aluno instigante e consistente para fundamentar a verdadeira relação de referência. Nas palavras de Sílvia Galo (2013, p. 209):

Ensinar filosofia é um exercício de apelo a diversidade, ao perspectivismo; é um exercício de acesso a questões fundamentais para a existência humana; é um exercício de abertura ao risco, de busca da criatividade, de um pensamento sempre fresco; é um exercício da pergunta e da desconfiança da resposta fácil. Quem não estiver disposto a tais exercícios, dificilmente encontrará prazer e êxito nesta aventura que é ensinar filosofia, aprender filosofia.

Para Galo (2013) o ensino de filosofia é um ensino de desafios, em que o professor deve preocupar-se com a diversidade e a pluralidade humana. Completamos esse raciocínio dizendo: qualquer que venha a ser a Unidade Curricular ministrada, essas são preocupações que devem fazer parte do plano de aula do professor. Pautados por essa perspectiva, descrevemos o tutor da EaD como aquele orientador capaz de respeitar a singularidade e pluralidade humana na medida em que preza pela participação e construção em conjunto do aprendiz. Ele é fundamental para o sucesso dessa modalidade porque é por meio dele que os alunos serão guiados no processo de ensino-aprendizagem. Apesar de ser uma modalidade em que o discente é autônomo e ativo, o tutor é fundamental para promover a boa discussão e guiar o pensamento reto dos alunos, ou seja, a figura de autoridade é essencial também neste âmbito. Sobre isso, Conte e Habowski (2019, p. 2) afirmam que:

A autoridade epistêmica na educação implica reflexão e liberdade cooperativa por meio da ação comunicativa, sendo uma das condições para despertar aprendizagens sempre renovadas pelo reconhecimento intersubjetivo e pela resistência à instrumentalização das práticas cotidianas no exercício de descentração evolutiva das sociedades contemporâneas.

Ora, os autores reforçam que o sujeito só poderá crescer em uma relação de reflexão diante do mundo em que a discussão com o outro – diálogo – desperta a aprendizagem. Mais que isso, compreender a noção de autoridade no cenário tecnológico digital (EaD) significa um“(...)desenvolvimento dos processos formativos de bases dialógicas sem o autoritarismo de um sujeito que tem a última palavra,

convidando para indagações sobre os conhecimentos que estão se (re)configurando com as ressonâncias das tecnologias digitais” (CONTE; HABOWSKI, 2019, p. 8).

Logo, assim como no ambiente físico, na Educação a Distância também detectamos dois tipos mais comuns de tutores, a saber: 1. O tutor amigo, que é sempre presente e ativo, mas pouco comprometido com guiar o pensamento dos alunos (corrigi-los); 2. O tutor ausente, que aparece apenas para lançar as notas. Será que esses perfis estão em relação direta com o conceito de autoridade descrito por Conte e Habowski (2019)? Como se trata de uma modalidade em que os alunos devem ser autônomos, percebemos que o tutor com o perfil 1 não garante a figura de autoridade, pois não corrige os pensamentos incorretos expostos nos fóruns e torna-se apenas mais um no ambiente virtual, mas consegue reforçar uma postura autônoma dos alunos frente ao ensino-aprendizagem, pois, ao cobrar as participações dos mesmos, os fazem se adaptar a essa modalidade de ensino. De forma inversa, os tutores que apresentam o perfil 2 acabam por provocar a desistência dos alunos, que não conseguem desenvolver o espírito autônomo que essa modalidade requer. Desta forma, assim como afirma Habowski, Conte e Branco (2018, p. 3) “entendemos que a autoridade do professor no cenário tecnológico está em crise e necessita de novas perspectivas formativas para o mundo contemporâneo, para participar da sua (re)invenção no trabalho pedagógico, que esteja pautado na atualização de metodologias e estratégias por meio da cultura digital”.

Diante da descrição acima, vale dizer que os perfis dos professores aqui mencionados não excluem a possibilidade de haver realidades distintas, em que o professor do ambiente virtual, por um lado seja ativo e possua autoridade suficiente para corrigir os fóruns de forma a guiar os alunos ao pensamento reto, e o professor do espaço físico, por outro, encontre o meio termo entre o “stand up” e o autoritarismo, tornando-se, dessa forma, uma autoridade capaz de fomentar uma educação libertadora. Entretanto, vale dizer que a análise aqui desenvolvida tende a problematizar uma realidade que fica aquém do professor ideal, que não é a regra do ensino no nosso país.

3. CONCLUSÃO

Enfim, vimos que há meios de frear a indisciplina e a falta de autonomia tanto no âmbito escolar físico como no virtual. Entretanto, findaria os problemas de indisciplina e as antinomias do ensino? É lógico que não, mas contribuiria para o processo de inserção do discente no espaço escolar e, dessa forma, frearia os teóricos de plantão que descrevem os alunos sendo todos problemas, o que torna fácil justificar a *crise na educação*.

Não havendo mais a figura de autoridade, isto é, a figura de respeito passada pelo professor no âmbito físico ou virtual, os alunos tornam-se responsáveis por si mesmo, mas não sabem como lidar com isso da melhor maneira possível, já que não tem experiência e consciência total do que é bom e desejável. No âmbito virtual, o tutor deve ter autoridade para orientar e avaliar seus alunos que, teoricamente, já são autônomos e possuem mais maturidade para lidar com o processo de ensino-

aprendizagem. Entretanto, o que ocorre é um abandono do tutor, que consolida uma evasão em massa. Em suma, tanto no âmbito físico como no âmbito virtual, percebemos, durante esse trabalho, que existem diversos desafios que devem ser enfrentados pelos professores e tutores dessas áreas. Pensando em oferecer análises mais detalhadas destes desafios, vimos que há dois tipos de professores e dois tipos de tutores elencados no tópico anterior. Sobre os professores do âmbito físico, nenhum deles resolve a situação, visto que o professor “stand up” se torna o grande comediante da turma, não adquirindo nenhum respeito, enquanto o professor autoritário demarca excessivamente a fronteira entre si e os alunos e cria uma relação fria e autoritária. Dessa forma, as relações ficam engessadas e agora se implanta a técnica da censura, visto que só por ela a “ordem retorna”. No que se refere ao tutor da EaD, há dois perfis mais comuns. Vale dizer que o tutor amigo é parcialmente insuficiente para o processo de ensino-aprendizagem, pois consegue cobrar a participação dos alunos, mas não corrige os comentários do fórum, ou seja, as discussões tornam-se puros achismos, e o perfil 2 – tutor ausente – reforça ainda mais as desistências, posto que, sem alguém para orientar ou corrigir o pensamento dos alunos, o AVA torna-se mais um ambiente de alocação de conteúdo, o que não justifica a sua importância diante de um mundo que já desenvolveu o Google. Logo, pode-se afirmar que existe uma linha tênue entre educar e censurar, sendo necessário repensar em qual lado dessa linha estamos. Como vimos, nosso trabalho teve como objetivo principal repensar o papel do professor/tutor frente aos alunos. Empreendemos nossos esforços para demonstrar que os reais problemas do Ensino não são apenas fenômenos proporcionados pelos alunos-problema ou evasivos, mas da relação estabelecida entre professor-aluno, tutor-aluno, escola-aluno, e AVA-aluno, bem como do modo como se ensina. Não há como ensinar a aprender (ou a filosofar) através de uma relação autoritária, de um espaço desconhecido e inseguro – nele só há o opressor e o oprimido. Tivemos a “incrível” capacidade de entender que há os ditos alunos-problema/evasivo, mas não entendemos ainda que os professores/tutores são responsáveis pela construção e formação dos mesmos. Logo, é também pelas mãos dos professores/tutores que tais alunos irão se moldar frente à sociedade. É preciso então indagar: Como mudar o quadro atual do Ensino? Uma das opções é o resgate da verdadeira autoridade?

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane. **Educação a Distância: Uma Nova Concepção de Aprendizagem e Interatividade**. São Paulo: Futura, 2003.

AMADO, J. **A indisciplina e a formação do professor competente**. In: Anais... Seminário Modelos e Práticas de Formação Inicial de Professores. Lisboa: Universidade de Lisboa, p. 1-19. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/recentes/mpfip/pdfs/joaoamado.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2014.

AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 47, p. 7-19, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n47/v1947a02.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

- ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. Trad. Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília: Universidade de Brasília. 1985.
- ARENDDT, Hannah. **On the Nature of Totalitarianism: An Essay in Understanding**. In: *Essays in Understanding, 1930-1954: Formation, Exile, and Totalitarianism*. Nova York: Schocken, 2005, p. 328 – 360.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Cidade: Perspectiva, 2007.
- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010. 11ª Ed.
- BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, edição: 1999 e 2003.
- BOARINI, M. L. Indisciplina Escolar: Uma construção Coletiva. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 123-131, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v17n1/a13v17n1.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2014.
- CHAUÍ, M. de S. **Ideologia e educação**. São Paulo: Cedes/Cortez, 1980.
- CONTE, E.; HABOWSKI, A. C. O agir comunicativo na educação como dispositivo e autoridade epistêmica à práxis tecnológica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, p. 1-15, 2019. DOI: 10.1590/es0101-73302019193424.
- FREIRE, P. Dialogando sobre disciplina com Paulo Freire. In: D'ANTOLA, Arlette (org.). **Disciplina na escola: Autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989. p. 1-12.
- GUIMARÃES, Luciano Sathler Rosa. O aluno e a sala de aula virtual. In: LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Marcos (org.). **Educação a distância: o estado da arte**. v. 2. São Paulo: Pearson, 2012. p. 126-133.
- HABOWSKI, A. C.; CONTE, E.; BRANCO, L. S. A. A autoridade pedagógica na cultura digital: desafios do mundo hiperconectado e desorientado. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PESSOA ADULTA, SAÚDE E EDUCAÇÃO, 4., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. Disponível em: <http://editora.pucrs.br/acessolivre/anais/sipase/assets/edicoes/2018/arquivos/1.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.
- HENTGES, A.; MORAES, M.L. B. de. **Imaginários da docência: refletindo sobre a formação inicial de professores a distância**. Em Rede: revista de educação a distância, v. 6, n. 1, p. 29 – 40, 2019. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/425/418>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- MACHADO, L. D.; MACHADO, E. de C. O papel da tutoria em ambientes da EAD. In: Congresso Internacional de Educação a Distância, 11., 2004, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ABED, 2004. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/022-TC-A2.htm>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
- MARTINS, R. X.; SANTOS, T. L. P.; FRAUDE, E. G.; SERAFIM, L. B. 2013. Por que eles desistem? Estudo sobre a evasão em cursos de licenciatura a distância. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 10., 2013, Belém. **Anais [...]**. Belém: UniRede, 2013.

PLATÃO, **República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbbenkian, 2001.

RABUSKE, A. S. **“Alunos-problema”**: Discutindo práticas implicadas na produção do anormal. Porto Alegre: 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7678/000552511.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 dez. 2014.

SANTOS, H. C. A Indisciplina na Escola: causas, prevenções e enfrentamento a dos. **Revista Estação Científica**, n. 15, p. 1 – 13, 2016. Disponível em: <http://portal.estacio.br/media/6078/3-a-indisciplina-na-escola-causas-preven%C3%A7%C3%B5es-e-enfrentamento.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

SILVA, M. P.; NEVES, I. P. **O que leva os alunos a serem (in)disciplinados?** Uma análise sociológica centrada em contextos diferenciados de interação pedagógica. **Revista de Educação**, vol. XII, n. 2, p. 37-57, 2004. Disponível em: http://essa.ie.ulisboa.pt/ficheiros/artigos/revistas_com_revisao_cientifica/2004_oquelevaosalunosaserem.pdf. Acesso em: 05 dez. 2014.

SOUZA, S. de; FRANCO, V.S.; COSTA, M. L. F. Educação a distância na ótica discente. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 99 – 113, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n1/1517-9702-ep-42-1-0099.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

TAROUCO, L. M. R.; MORO, E. L. da S.; ESTABEL, L. B. O professor e os alunos como protagonistas na educação aberta e a distância mediada por computador. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 21, p. 29-44, 2003.

VIANNA, I. Dialogando sobre disciplina com Paulo Freire. In. D’Antolla, A. (org.) **Disciplina na escola**: autoridade versus autoritarismo. São Paulo: E.P.U., 1989.

ⁱ Sobre isso Cf. *A Crise na Educação* da filósofa Hannah Arendt.

ⁱⁱ Sobre isso, conferir André Duarte (2001) no seu texto intitulado *Hannah Arendt entre Heidegger e Benjamin*: A Crítica da Tradição e a Recuperação da Origem da Política. Diz ele: “Constatada a ruptura da tradição, Arendt nem abdicou da tarefa de pensar o político, nem visou reatar o fio partido entre o presente e o passado por meio de uma recuperação reverente do legado do pensamento político tradicional. Assim, era apenas natural que ela buscasse encontrar sua própria forma de pensar os eventos políticos do presente e do passado recusando-se a simplesmente lamentar a decadência da política no mundo contemporâneo, à luz de uma rememoração saudosista do passado político greco-romano ou da própria tradição do pensamento político ocidental (p. 67).”